

HABEAS CORPUS Nº 538.090 - MS (2019/0301335-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : CAIO VALVASSORI STAUT E OUTROS
ADVOGADOS : JOSÉ ANDRÉ ROCHA DE MORAES - MS002865
FELIPE CAZUO AZUMA - MS011327A
ALBERI RAFAEL DEHN RAMOS - MS015031
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : CAIO VALVASSORI STAUT
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CAIO VALVASSORI STAUT, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, que não conheceu o *writ* de origem.

Consta dos autos pronúncia pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, IV, do CP.

O impetrante objetiva a declaração de nulidade da sentença de pronúncia, que manteve a qualificadora da utilização de recurso que dificultou a defesa da vítima.

Em consulta ao sistema processual eletrônico desta Corte Superior, verificou-se que o mérito do presente *writ* já foi analisado no REsp 1.744.688/SP, interposto pelo Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Na oportunidade a Sexta Turma deu provimento ao agravo regimental no recurso especial para cassar o acórdão do Tribunal de origem que, em recurso em sentido estrito, havia retirado de ofício a qualificadora em questão, mantendo-se a sentença de pronúncia na sessão de julgamento do dia 18/9/2018.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal manteve esse entendimento, conforme documento de fls. 74/79.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator